

Política de inclusão ou exclusão? um olhar sobre a evasão/abandono escolar na educação de jovens e adultos

AUTORIA

Jeremias Santos Macedo 

Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Doutorando em Ciências da Educação – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) Portugal.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0535-4916>

E-mail: jstautad.pt@gmail.com.br

Armando de Paulo Ferreira Loureiro 

Doutor em Ciências da Educação. Professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3039-3872>

E-mail: aloureiro@utad.pt.com

Recebido em:

28 nov. 2025

Aprovado em:

30 dez. 2025

DOI: <https://doi.org/10.28998/cdp.v2i1.20497>

Introdução

A educação pode ser compreendida como um caminho necessário a aquisição de novas culturas, habilidades e competências ao longo da vida. Numa sociedade baseada na produção de conhecimentos e aprendizagens, o processo educativo, seja ele formal, não formal e informal, tem contribuído para o desenvolvimento

de novos saberes, práticas e experiências favoráveis a sobrevivência humana. À vista disso, o debate aqui proposto está a falar daquela educação desenvolvida pelas instituições escolares, seguindo na direção da educação formal. Dessa maneira, vale ressaltar que o ato educativo escolar, deve se fazer em um processo dinâmico e dialético, capaz de transformar e reconhecer o importante percurso de ensino-aprendizagem, através das experiências, saberes e conhecimentos, já adquiridos e trazidos pelos discentes.

Nesse contexto, sendo uma modalidade educativa formal e amparada pelas duas maiores legislações do Brasil, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, tem surgido nacionalmente como forma de garantir aquelas pessoas que foram excluídas ou não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino regular escolar na idade própria, mas que são portadoras de conhecimentos e saberes da vida. Para além dessa garantia educacional, a legislação assegura a modalidade da EJA, a missão de promover àqueles seus participantes, a inclusão social e a formação crítica e cidadã para interagirativamente na sociedade, como também, o desenvolvimento das competências e habilidades sociopolíticas para cumprir com seus deveres e garantir seus direitos. Por conseguinte, a educação de adultos e jovens, deve ser também, um reflexo da valorização das diferenças e das diversas e possíveis representações culturais no espaço educacional.

Entretanto, nem sempre a teoria e a legislações educacionais acompanham a prática. Ou seja, embora haja uma garantia legal a essa modalidade e diversas legislações que amparam a sua instituição e aplicação, frequentemente os governos e as instituições escolares não aplicam na sua realidade o que é determinado. Nem sempre a inclusão social torna-se uma prioridade às políticas didáticas ou pedagógicas no ensino-aprendizagem de jovens e adultos. Para além desses problemas, a modalidade tem enfrentado a nível nacional, uma escassez de recursos materiais e financeiros. Todavia, a permanência dos alunos/as tem

sido a maior preocupação e uma problemática enfrentado pelo poder público e seus estados federados. Pois, desde a suas instituições, ainda em forma de programas de alfabetização, o número de pessoas que abandonaram ou evadiu-se dessa modalidade tem causado um verdadeiro êxodo educacional na EJA.

A exemplo disso, a cidade de Porto Seguro tem aumentado drasticamente os índices de evasão/abandono escolar dos alunos/as. Sendo assim, muitos são os motivos que tem causado o afastamento dos/as estudantes, uns ligados a própria instituição e a prática pedagógica escolar e outros mais externo a escola, como: a falta de apoio familiar, a conciliação entre trabalho e estudo, a vida socioeconômica e a falta de políticas públicas eficazes, colaboram para essa interrupção da vida escolar. Além disso, a legislação municipal em tempos atuais, não atende e nem contempla essa nova realidade enfrentada pela EJA. Nessas circunstâncias e no retrocesso que essa modalidade vem sofrendo, procura-se aqui entender se a educação de Jovens e Adultos, enquanto um programa público governamental de atendimento aqueles menos favorecidos, é na cidade de Porto Seguro uma política de inclusão ou exclusão? Para responder a essa importante questão, serão analisados os índices e os números da evasão e do abandono escolar nessa localidade.

Nessa condição, o objetivo principal desse artigo é compreender se a educação de Jovens e Adultos tem se tornado uma política pública de inclusão ou exclusão dos seus estudantes. Uma vez que os números da evasão e desistência escolar se tem evoluídos gradativamente desde o ano de 2002. Para além disso, compreender as reais dificuldades local é fundamental, logo, isso pode permitir a elaboração de estratégias político-pedagógicas adequadas as necessidades dos discentes e ainda serem capazes de propor mudança do atual quadro de abandono escola.

Buscando desenvolver uma escrita mais reflexiva sobre o tema aqui proposto, adotou-se uma proposta metodológica ligada a abordagem qualitativa, bem como usou-se como procedimento para aquisição, coleta de dados e obtenção das informações, a pesquisa bibliográfica, através dos artigos, livros e documentos disponibilizado nos estudos teóricos realizados nas aulas da cadeira curricular Educação de adultos, ministrado pelo professor Doutor Armando Loureiro, no âmbito do programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Também foi utilizado como forma de levantamento das informações, uma pesquisa de Análise Documental de 23 atas de resultados que representavam as escolas que atendiam naquele ano de 2022 a Educação de Jovens e Adultos nos seus dois segmentos, o ensino fundamental I e II. Essas atas e relatórios finais, foram disponibilizadas pelas escolas públicas do município de Porto Seguro e analisadas pelo setor da educação de jovens e adultos, através da sua equipe técnica-pedagógica da secretaria de educação municipal. Salienta-se ainda que, na busca para uma melhor compreensão e entendimento do assunto pretendido, o artigo foi desenvolvido e dividido em quatros, Subseções. A primeira, faz a referência à contextualização histórica da educação de jovens e adultos no Brasil

e sua luta para tornar-se uma modalidade educativa, bem como demonstrar ao longo dos anos, as ações governamentais e as legislações, que fundamentaram a sua implementação e sua expansão como educação obrigatória aos estados e municípios da federação.

A segunda, também propõem uma análise histórica, porém mais específica a educação de jovens e adultos em Porto Seguro. Ou seja, faz um levantamento histórico da implementação e das legislações que aparam essa modalidade no referido município até os dias atuais. Bem como, apresentar os projetos legais das gestões municipais frente as dificuldades enfrentadas pela EJA nessa cidade. A Terceira, embasada em pesquisadores e teóricos, faz referências ao grande problema enfrentado atualmente pela educação brasileira: a evasão escolar. Todavia analisa-se aqui as evasões educacionais ocorridas especificamente na EJA. Seguindo o mesmo caminho, a quarta e última subseção do artigo, buscou-se demonstrar a difícil realidade de Porto Seguro, frente ao abandono e as desistências escolares dos estudantes da EJA.

Portanto, esse trabalho traz a possibilidade de novas discussões sobre a importância da modalidade educação de jovens e adultos como uma educação para a vida, demonstrando as dificuldades e os desafios que ela vem passando no Brasil e mais especificamente em Porto Seguro.

Contextualização histórica

Analisar ou debater as modalidades e as políticas que envolvem o sistema educacional brasileiro é sempre um grande desafio, pois, como é de conhecimento histórico, as políticas educativas brasileira sempre foram e são “campos de disputas ou batalhas”. É nesse contexto, que podemos apresentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua implantação em território brasileiro. Atualmente definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, como uma importante modalidade da educação básica nacional, destinada “àqueles que não tiveram acesso ao estudo ou continuidade deles nos ensinos fundamental e médio na idade própria tendo como principal objetivo, educar para a vida” (LDB, 1996, p.22).

Todavia, ela nem sempre foi vista e aceita desta maneira, basta verificarmos em parte da história da educação, que os jovens e adultos, principalmente aqueles das camadas sociais mais inferiores, sempre foram relegados a margem social, ou seja, sem garantia dos direitos básicos de um(a) cidadã(o). Na colonização, a educação ou ensino das primeiras letras, formam destinadas unicamente as crianças indígenas, porém precisou-se ampliar o ensino aos adultos para que esses pudessem fazer a execução das tarefas manuais, principalmente aquelas ligadas a igreja. Nesse sentido, “percebe-se que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional. (Strelhow, 2012, p.51)

Pode-se dizer que o ponto focal da submissão dos adultos a essa “intensa ação cultural e educacional” era unicamente religioso, era preciso doutrinar mais do que ensinar as letras. Após a expulsão da companhia de jesus do Brasil, o processo

educacional que já era ruim ainda ficou pior, visto que a colônia não tinha um plano educativo definido, consequentemente, isso vai contribuir para o aumento do número de analfabeto em território luso-brasileiro. Com a chegada do período imperial em 1822, a educação terá uma atenção maior, porém “o primeiro documento legal em que se registra a existência de alguma experiência de educação de adultos no Brasil é a Reforma Leônico de Carvalho, publicada em abril de 1879” (Silva & Watanabe, 2024, p.5).

Mesmo com essa reforma, o processo educativo continuava sem muitos progressos, principalmente para aquele menos favorecidos (índios/as, negros/as, mulheres e homens pobres). Continuava a ser uma educação de doutrinamento e carregada de preconceito, discriminação, bem como monopolizada pela elite branca. Já para o restante populacional, a educação possuía o mesmo *modus operandi* da educação jesuíta, em que o “letramento era um ato de caridade das pessoas letradas as pessoas perigosas e degeneradas”. (Strelhow, 2012, p. 51).

Nesse contexto, percebe-se o quanto a educação estava a fazer um desserviço social, pois, quanto mais a tratavam como uma extensão religiosa, mais a sociedade brasileira tornava-se iletrada. Embora o letramento fosse preconizado como uma maneira de “libertar as mentes” no fundo a ideia era manter o domínio sobre a população e mantê-las na total ignorância, isso favorecia e facilitava o controle e a exploração sobre os “perigosos/as e degenerados/as”.

Iniciando-se em 1889 até o seu término com a ditadura militar em 1964, o período republicano, já foi marcado por diversas movimentações político-social. Em resposta a essas reivindicações sociais e exigências financeiras, surgirá a primeira ação pública mais efetiva voltada para a educação: a outorgação da primeira Constituição Federativa de 1891. Apartir daí, a educação brasileira começou a delinear-se como direito público, acessível à população. O estabelecimento dessas novas diretrizes e políticas educacionais para o estado, nem todas foram na prática executadas. Isso vai fomentar grandes movimentos sociais pró-educação, organizados e liderados por escritores, professores, filósofos/as, cientistas, intelectuais e outros, que influenciados/as pelos ideais do escolanovismo, provocarão grandes mudanças na condução e no rumo das políticas do ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos.

Entre essa mudanças ocorridas, pode-se dizer sobre o surgimento da Liga Brasileira contra o Analfabetismo – LBA em 1915; da Associação Brasileira de Educação – ABE, 1924; o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e com maior reflexo das mudanças, tivemos a promulgação da constituição federativa do Brasil em 1934. Segundo as escritoras Silva & Watanabe, (2024, p.7) “essa constituição foi a primeira a destinar um capítulo à Educação e a proclamá-la como um direito de todos”, trazendo consigo, a responsabilidade da União/Brasil e a fixação de um plano nacional de educação. Outro ponto importante trazido pela referência é que com o PNE a política nacional e a garantia do ensino público, estavam sobre a responsabilidade dos estados e municípios. Todavia a competência maior era do governo federal, bem como a responsabilidade de assegurar o ensino de qualidade

a essa população. Porém em 1937 com promulgação de uma nova constituinte, novas mudanças serão implementadas e adotadas novas posturas com relação a educação.

Igualmente as legislações anteriores a constituição de 1937 terá pontos negativos e positivos com relação a educação de adultos. Negativamente ela atua na retirada da política nacional de educação do governo federal e a união passa a atuar de maneira supletiva, deixando a cargos dos estados e dos municípios as atribuições de garantir educação de jovens e adultos. Positivamente é com ela que teremos a criação no ano de 1938 do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP e consequentemente a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, “com o objetivo de realizar programas voltados à ampliação e à inclusão do Ensino Supletivo direcionado a adolescentes e adultos” (Silva & Watanabe, 2024, p.7).

Com a Constituinte de 1946 a educação de jovens e adultos vai ganhar novos contornos e novas políticas serão adotadas. Nesse período o cenário nacional não estava diferente das épocas anteriores, vivenciava-se grandes movimentações e lutas populares, acrescenta-se a isso, o fim da segunda guerra mundial e com isso, a criação de órgãos internacionais que estavam preocupados com o avanço da pobreza e o crescente número de pessoas analfabetas no mundo. Como exemplo, a “UNESCO denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos” (Haddad; Di Pierro, 2000, p.111). Nesse contexto o Brasil entre os países que possuía o maior número da sua população analfabeta, um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “mostrou que havia aproximadamente 16,5 milhões de brasileiros sem as noções básicas de leitura ou escrita e, possivelmente, sem acesso à escola”. (Silva & Watanabe, 2024, p.8)

Com as fortes exigências da UNESCO e de outros órgãos internacionais como a ONU – Organização das Nações Unidas, se somando a grande instabilidade econômica, o desemprego, as greves, como também as manifestações dos movimentos sociais pro-educação, o governo cria em 1947 a “Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), tendo como objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados nas áreas urbanas e rurais” (Silva & Watanabe, 2024, p.9). Para além disso, os movimentos sociais e intelectuais pró-educação exigiam do governo uma ação conjunta com os estados e municípios, todavia a política educacional, bem como as demandas voltadas à educação de jovens e adultos, deveria partir do MEC – Ministério da Educação, sendo assim, em atendimento a essa exigência, no ano de 1948 foi apresentado o pré-projeto da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém devido as divergências políticas e ideológicas o projeto naquele momento não prosperou.

Todavia, as manifestações, os congressos educacionais e seminários, liderados por vários intelectuais do território nacional para debater a educação de jovens e adultos, entre esses o escritor Paulo Freire que liderou movimentos como: o Movimento de cultura popular do Recife, e o educador Anízio Teixeira, conseguiram a importante aprovação mesmo que tardivamente da LDB na sua primeira versão.

Em meio aos progressos e regresso sofridos pelos movimentos educacionais, o Brasil vai sofrer um golpe político-Militar e consequentemente a implementação da ditadura. De maneira geral a ditadura de 64, não contribuiu muito para a já deficitária educação de jovens e adultos e nem para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Pelo contrário, o foco das políticas educacionais eram de cunho tecnicista e tinha um único viés, produzir mais mão-de-obra para atender o mercado e a indústria nacional.

Com um caráter opressor, o regime militar implantou uma política nacional de autoritarismo, restrição das liberdades, repressão aos movimentos sociais e muita violência aos que tinham ideias progressistas ou que se opunham aos seus objetivos. Em 1967 uma nova constituição é aprovada pelo militares, trazendo uma enorme concentração de poderes ao regime. Sendo assim, no que diz respeito à educação de jovens e adultos o regime vai lançar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Esse programa tinha como fundamento responder às necessidades educativas da população iletrada e analfabeta, bem como atender os anseios políticos e totalitários do próprio regime.

O Mobral já “nasceu morrendo”. Provocado pela própria ditadura, o Brasil começou a vivenciar muito mais forte um recessão econômica, consequentemente mais desemprego, falta de mão-de-obra, surgimento de greves, falta de professores, escolas precárias, falta de recursos para a educação e outros. Nesse contexto, o regime até buscava através de ações internas atender as diferentes necessidades, principalmente a de direcionar recursos suficiente para manter o programa em todo território nacional, porém o mobral só existia como política governamental, mas não dava efetivamente resultados na prática. Segundo, Silva & Watanabe (2024), O IBGE afirmava que em uma população de 136 milhões de habitantes no ano de 1985, o Brasil somava cerca de 30 milhões de jovens e adultos não alfabetizados/as, chegando a taxa de 26,5%, da população brasileira, mesmo após 18 anos de implementação do Mobral como programa. Sendo ineficiente e incapaz de resolver esses e outros problemas, o regime militar no mesmo ano extingui o Mobral. Reconhecendo a incapacidade de governar, os militares, através da anistia, abrem caminhos para a nova república.

O marco histórico desse novo período político brasileiro, para além da redemocratização, será a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que vigora até a escrita desse artigo. No que se refere à educação de jovens e adultos tivemos mudanças significativas principalmente na lei educacional, algumas dessas, se materializaram na prática, outras ainda estão sendo um desafio. A CF/88 atribui ao estado e a seus entes federados a responsabilidade de garantir educação pública obrigatória e gratuita a todos em idade escolar, inclusive para aquelas pessoas que por algum motivo desistiram, abandonaram e não conseguiu terminar o percurso escolar. Garante também que o ensino possa ser ministrado no turno noturno, para isso, as unidades de ensino deveriam se adequar para receber os educandos, atendendo suas necessidade e condições.

Em respostas aos movimentos e as exigências sociais, já nessa nova constituição, criam-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, tendo como proposta o financiamento e investimento na educação básica, valorização e contatação de professores qualificados para o ensino. Em 1996 aprova-se um novo texto da LDB atendendo aos preceitos constitucionais do art. 208, inclusive caracterizando a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica.

Sendo assim, no ano de 2000 para atender a legislação e aos documentos normativos educacionais, são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que em consonância com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Lei de Diretrizes e Base da Educação, vão elaborar o Plano Nacional de Educação. Já em 2006 criam-se o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em substituição ao FUNDEF, e por fim, atendendo ao PNE e as Diretrizes Curriculares vão inserir diversos programas focados no ensino e no letramento de adultos e jovens, como o Recomeço, Alfabetização Solidária e Educação na Reforma Agrária

História da EJA em Porto Seguro

O município de Porto Seguro é conhecido nacional e internacionalmente, por ser a cidade brasileira a receber as primeiras caravelas portuguesas. Ela está situada ao litoral Sul do estado da Bahia e a margem do Oceano Atlântico. Segundo o último censo do IBGE, a cidade possui uma “população de 168.326 habitantes, com previsão estimada de chegar ao final do ano de 2025 a 182.630 pessoas mil pessoas”, para além da sua população, a cidade é dividida em distritos, povoados e bairros e alguns desses, afastados da área central.

Por ser uma cidade turística, recebe diariamente uma enorme quantidade de pessoas, muitas dessas acabam migrando em busca de novas oportunidades, sendo essas na sua maioria trabalhadores/as vindo de outros estados, regiões, cidades vizinhas e países. Para além da mão-de-Obra trazem consigo muitas necessidades entre elas as de saúde, assistência social e educação. É nesse contexto que se apresenta em parte a história da implementação e oficialização da educação de jovens e adultos como política educacional nesse município. O Brasil a partir da nova constituição de 88, implementava uma política de combate ao analfabetismo, mas foi efetivamente a partir da década de 90 com as mais diversas campanhas e legislação educacional que expandiu para os estados e municípios a responsabilidade da participação nos programas e nas ações para garantir as matrículas e formação básica de qualidade aos jovens e adultos.

Entre os anos de 1996 até 2000, as políticas educacionais voltadas para a EJA em Porto Seguro, começavam timidamente. As primeiras ações concreta foram a sua adesão e implantação dos programas nacionais: Alfabetização Solidária, tendo como objetivo aumentar a oferta pública de educação de jovens e adultos e do Recomeço, que “visava dar o apoio financeiro e técnico aos Estados e Municípios para educação fundamental de jovens e adultos” (MEC, 2002, p.9). Atendendo a

legislação e no interesse aos recursos fornecidos, no ano de 2001 o Conselho Municipal de Educação local aprova a regulamentação da EJA pela Resolução 14/2001, dando início a caminhada pela melhoria dos níveis educacionais da cidade, uma vez que Porto Seguro configurava-se entre os municípios baianos com um dos maiores índice de analfabetismo e menor oferta escolar para adultos e jovens.

A resolução nº 14/2001 eram diretrizes com a função de organizar o funcionamento da EJA, contendo orientações como a sua nomeação, disposição das turma, método e forma de avaliação, proposta curricular, quantidade de dias letivos e carga horária das aulas etc. Cria-se também na Secretaria de educação um departamento específico e dois cargos comissionados, atualmente existentes, um é a Coordenação pedagógica e outro técnico pedagógico para as tratativas dessa modalidade escolar. No ano de 2015 um novo documento foi regulamentado e aprovado pelo Conselho Municipal de educação – CME e publicado a Resolução de nº 71/2015, em substituição a anterior de nº 14/2001. Essa resolução tinha o mesmo perfil e objetivo da anterior que era de organizar e prestar orientações sobre o funcionamento da EJA. Entretanto, a sua divulgação vem acompanhada da aprovação e publicação de outro documento, o DCRM. O Documento Curricular Referencial Municipal regulamentado e aprovado em sua primeira versão pelo CME e SEDUC – Secretaria Municipal de Educação, além de trazer as responsabilidades e os compromissos assumidos pelo município, tinha como objetivo central “orientar escolas, gestores/as, educadores/as, do primeiro e do segundo segmento da EJA” (DCRM, 2022, p.06).

O diferencial desse documento naquele momento era trazer uma política mais efetiva e específica, construída em âmbito local para a educação de jovens e adultos no município, uma vez que até essa data não existia. Nesse mesmo ano de 2015, Porto seguro vai implementar o PME que entre vários objetivos tinha: “a promoção da cidadania, a erradicação do analfabetismo, superação das desigualdades educacionais, melhoria na qualidade do ensino e etc.” (PME, 2015, p1). O Plano Municipal de Educação será aprovado com a publicação da Lei Municipal de nº 1240 de 19 de junho de 2015 em comum acordo com a Lei nº 13.005/2014 que institui o PNE – Plano Nacional de Educação. Sendo ambas de caráter e vigência decenal, o PME (ainda em vigor) 2015/2025, tinha entre algumas metas adotadas a de “elevar a alfabetização de jovens e adultos a partir de 15 anos em 75% e em 50% reduzir o número de analfabeto funcional,” (PME, 2015, p.83)

Na tentativa de potencializar os documentos municipais existentes, e construir um novo arcabouço pedagógico com orientações educativas, “inclusivas e mais humanizadas” em 2023 elabora-se um Termo de Referência, um documento, que reúne propostas e ações desenvolvidas pelos departamentos de cada seguimentos educativo com a participação da EJA, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, a ser encaminhada a todas as unidades escolares do município para consulta.

A evasão na educação de jovens e adultos

A princípio é importante visitarmos a definição da palavra evasão, pois pode-se achar compreensões e entendimentos diferentes quanto a sua empregabilidade, sendo assim, recorremos ao possível conceito trazidos pelas encyclopédias. Segundo os dicionários de língua Portuguesa: Michaelis e o glossário das Ciências de Lisboa, a palavra etimologicamente vem do latim: *evasio* e quer dizer “Ação ou processo de evadir, de deliberadamente fugir” (Michaelis, 2024); “Ato ou efeito de evadir ou de evadir-se, fuga” (Ciências de Lisboa, 2021).

Assim sendo, no âmbito educacional o termo evasão pode ser empregado para definir uma situação, uma problemática ou um contexto vivenciado pelos/as discentes, que estando matriculados/as nas instituições de ensino, acabam ausentando-se, saindo, fugindo, escapando, afastando-se, evadindo-se das unidades escolares e do percurso académico. Uma outra problemática, na educação de jovens e adultos – EJA, e que tem dispensado atenção de muitos intelectuais e escritores/as, bem como, tem marcado nas políticas educativas diversos debates é o abandono escolar. Novamente recorreremos ao Dicionário Ciências de Lisboa, para compreender o seu conceito ao “pé da letra”. Define-se Abandono: “renunciar a prosseguir alguma coisa que está em curso; pôr de lado; desistir de levar a cabo um dado intento” (Ciências de Lisboa, 2021).

Mas abandono e evasão escolar não são termos iguais? Até existe uma relação muito próxima, útil ou até semelhança dos significados, porém são diferentes. Enquanto a primeira pode ser compreendida como uma saída, uma infrequência escolar. Contudo o/a aluno/a continua vinculado à unidade de ensino e sua matrícula ativa. Dependendo das circunstâncias os/as discentes podem retomar a frequência. Já em contexto oposto, a segunda é caracterizada também como um afastamento, uma saída escolar, todavia, aqui seja qual for o resultado, “aprovado ou reprovado”, concluindo ou não o ano letivo, os/as discentes não retornam à unidade escolar que eram vinculados/as e nem se matriculam em nenhuma outra instituição, estão literalmente fora da escola.

Embora surjam opiniões ou entendimentos diferentes, sobre aquilo que se nomeia ou se define a palavra evasão, para esse trabalho, as utilizaremos como sinônimas todas as definições, mediante a necessidade, seja evasão ou abandono, pois todas marcam a saída, a infrequência e o afastamento da vida estudantil. Na tentativa de atender a uma maioria minorizada¹ populacional e excluíente socialmente, a EJA tornou-se uma alternativa para aqueles que foram expulsos do ensino regular ou não atendem os seus requisitos. Tornou-se a opção para a periférica população que visava na educação uma melhor condição de vida e de trabalho, tornou-se um lugar de troca de experiência dos diferentes grupos sociais e étnico-raciais etc.

Marcada por características bem específicas, a modalidade de educação de jovens e adultos tem sido afetada acentuadamente pela evasão ou abandono escolar.

¹ Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade - É um obra de Richard Santos, comunicólogo, rapper, ativista de movimentos negros / sociais e professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/maioria-minorizada>>

Muitos são os fatores, principalmente os socioeconômicos, tem causado o aumento da porcentagem dos/as alunos/a que desistem de prosseguir nos caminhos da escola e da vida acadêmica. Segundo o IBGE “11,0% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica e 63,5% não frequentavam escola e não concluíram o ensino obrigatório” (IBGE, 2020, p.4). O IBGE, apresenta uma realidade vivenciada por diversas cidades e regiões do Brasil, principalmente às do Nordeste e Norte que por coincidência ou não, são regiões que concentram a maior parte da população brasileira pobre e necessitada da educação pública. Para o IBGE existe uma relação diretamente proporcional entre a idade e o abandono escolar, quanto mais aumenta a idade, mais a evasão ou abandono escolar ocorrerá, consequentemente a isso, o aumento do número de evadidos e desistentes.

O ato da desistência demonstra uma ação do “fracasso escolar” tanto dos estudantes, como das instituições de ensino e das políticas públicas educativas, uma vez que não consegue propor na prática, ações pedagógicas ou legais para combater ou evitar o distanciamento escolar e seus efeitos junto aos discentes na educação. Nesse sentido é “oportuno dizer que todos os envolvidos no processo escolar respondem, direta ou indiretamente, pela manifestação de tal fenômeno”. (Negreiros *at al.* 2017, p.2). Acrescenta-se a isso, os múltiplos e multifacetado fatores que tem provocado na educação de jovens e adultos, um afastamento contínuo e até definitivo dos/as estudantes. É preciso compreender que existe um problema a ser resolvido e ele tem sido causado por diferentes variantes, vejamos.

Incialmente, percebe-se que a modalidade de educação de jovens e adultos está em uma constante desvalorização, basta ver a falta os recursos materiais e humanos insuficientes para atender as demandas escolares; A grade curricular não atende as necessidades de formação dos alunos, facada apenas na alfabetização; Socialmente a EJA é estigmatizada, pois é vista como uma modalidade “submissa” ao ensino regular, desconsiderando os conhecimentos e experiências de vida trazidos pelos estudantes com maior idade. Portanto, esses elementos negativos levam a constante desmotivação dos discentes e consequentemente o abandono.

Outro fator importante a ser levado em consideração é a situação socioeconômica dos alunos dessa modalidade. Para Da Silva (2015, p.15), “as desigualdades que atingem os jovens pobres de periferia urbana e de camadas populares, os obrigam a procurar alternativas educacionais, como cursos noturnos”. Tal afirmação é verdadeira, pois, sabe-se que, a maioria dos adultos e jovens que frequentam os cursos noturnos como a EJA, são pessoas simples, humildes e dos subúrbios. Frente as essas desigualdades sociais e vulnerabilidade econômica, esses indivíduos precisam muitas vezes optar ou são forçados a escolher em sustentar suas famílias, manter-se no trabalho, cuidar da casa a estudar.

Fazendo parte dos fatores que também colaboram para o abandono ou evasão dos/das estudantes, estão as políticas Públicas específicas para a educação de jovens e adultos. Apesar da EJA ter se transformado ao longo da história e muitos

aparatos legais e educativos terem surgido em seu favor, às políticas públicas atuais são/estão insuficientes e limitadas frente aos problemas que a cercam no Brasil.

Metodologia

Possuindo o objetivo principal, de compreender neste artigo, se a Educação de Jovens e Adultos tem se tornado uma política pública de inclusão ou exclusão dos seus/suas estudantes no âmbito das unidades escolares do município de Porto Seguro, no estado da Bahia, uma vez que os números da evasão e da desistência escolar se tem evoluído gradativamente desde o ano de 2002. Bem como, compreender as reais dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Educação local, na elaboração de suas atuais estratégias político-pedagógicas e educacionais capazes de efetuar mudança de seu atual quadro de abandono escola, é que se apresenta a metodologia adotada para essa investigação.

É importante dizer, que a escolha da abordagem metodológica qualitativa perpassa por dois motivos. O primeiro é que, nesse tipo de investigação existe a possibilidade de uma relação mais próxima entre pesquisador e pesquisado, aprofundando a compreensão de problemas, de pessoas e de relacionamentos, abrindo perspectivas para estudos posteriores” (Pocinho e Matos, 2022, p.08). Não distante dessa linha de pensamento das autoras, o segundo é que “a metodologia qualitativa é a abordagem mais utilizada nos últimos anos para realização de pesquisas educacionais” (Paiva, et al, 2021, p.21).

Portanto, essa abordagem qualitativa, dependendo da finalidade e do objetivo que se quer alcançar, permite ao investigador educacional a compreender melhor e a olhar mais criticamente determinados contexto pedagógico, ela também ajuda a quem investiga a adentrar em assuntos e experiências da própria área educativa. Para além disso, ela ainda possibilita a escolha, dentre as suas variadas técnicas e instrumentos de recolha de informações, aquelas que melhor se enquadre na situação existente. Nesse contexto, o presente artigo procurou escolher, combinar e utilizar como instrumentos investigativos para o levantamento das informações e coletas de dados, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, sendo as duas que melhor atendia ao objetivo proposto nesse trabalho. Para além disso a escolha desses procedimentos e dos instrumentos metodológicos, visa desenvolver uma escrita mais reflexiva sobre o tema proposto.

Quanto à aplicabilidade da pesquisa bibliográfica, é fundamental dizer que, para esse trabalho ela é importante, pois, nos leva a articular as diferentes literaturas, conhecimentos e conceitos já produzidos e publicados sobre a proposta de investigação. Sendo assim, a base desse trabalho de investigação, foi o uso de artigos científicos, livros e documentos disponibilizados pelo professor Doutor Armando Loureiro, na condução da cadeira curricular Educação de Adultos, como também, buscou-se a utilização de outras referências de fora do programa doutoral, tão importantes quanto, para esse estudo. Outra forma de levantamento das informações, presente nesse trabalho, foi a pesquisa de análise documental de 23 atas com os resultados do ano letivo das escolas que atendiam naquele

período, final do ano 2022 a modalidade da Educação de Jovens e Adultos em seus dois segmentos: Ensino fundamental I e II. Essa atas e relatórios finais, foram disponibilizadas pelas escolas públicas do município de Porto Seguro e analisadas pelo setor da Educação de Jovens e Adultos, através da sua equipe técnica-pedagógica da secretaria de educação municipal.

Para o prosseguimento das análises e catalogação das informações, fez-se necessário o desenvolvimento e elaboração de uma planilha em Excel, no qual, pudéssemos registrar as informações, dados e números sobre o abandono, evasão e desistência escolar. Uma vez registrados, os dados nas tabelas, fizemos as contagens dos números totais e calculamos as suas respectivas porcentagens que serão apresentados nesse artigo. Diante do exposto, fica evidenciado que a metodologia e os instrumentos da pesquisa qualitativa aqui adotados, foram fundamentais para essa investigação que buscou adotar uma postura de integridade e respeitabilidade das informações. Portanto, os resultados alcançados nessa pesquisa sejam capazes de revelar as reais necessidades e desafios frente a Educação de Jovens e Adultos.

Resultados e discussões

O abandono escolar e a difícil realidade de Porto Seguro.

Como apresentado, a evasão e o abandono escolar na modalidade de educação de jovens e adultos são problemas muito graves. Explicitado anteriormente, essa modalidade em Porto Seguro é carente de políticas e metodologias de ensino mais específica, uma vez que a maior parte das orientações legais a esse determinado público são de órgãos federais, já os municipais que existem, estão “defasados” para solucionar os problemas mais urgentes e atuais. Por ser um roteiro turístico e de muita visitação, a cidade de Porto Seguro teve e tem um grande movimento migratório. Esse descolamento causou uma grande expansão populacional, principalmente de trabalhadores. O superpovoamento ocasionou o alargamento dos existentes e o surgimento de novos bairros, trouxe também, uma demanda maior para a construção de escolar e de programas educacionais para a tender aos novos habitantes, sejam elas crianças, jovens e adultos.

Buscando atender as necessidades educacionais vigente dessa população local, é implementado em 2000 e 2001 a EJA em consonância com os programas de educação federal, objetivando suprir as demandas de formação para os Jovens e adultos que não tiveram acesso ao estudo formal ou foram excluídos do Ensino fundamental escolar. Segundo o DCRM vigente, a modalidade adotará preferencialmente um ensino presencial, podendo ofertar outras formas e será dividida em segmentos e etapas para atender aos diferentes níveis educacionais. O primeiro segmento, corresponde as séries iniciais de com duração de 3 anos, já o segundo segmento refere-se as séries finais de duração de 2 anos. Para além disso, ele está subdividido em 5 etapas, em que cada etapa representa especificamente o ano escolar de formação de cada aluno.

Outro ponto importante a ser analisado é a ampliação das vagas de matrículas e o crescimento da EJA após a sua implementação a partir de 2001 em Porto Seguro. Atendendo as exigências legais, o município vai propor a todas as escolas a abertura de turmas a noite, principalmente nos locais mais populosos da cidade, para contemplar aquela população que na sua maioria eram analfabetos ou analfabetos funcionais. Em consequência disso, teremos um aumento da matrícula e do quantitativo de alunos/as dos dois segmentos, entre os anos de 2001 até 2010. No início de sua implementação no ano de 2001 a procura foi bastante baixa, devendo-se a isso, a uma tímida movimentação e pouca campanha de matrículas. Segundo Cruz (2011) em 2005, a EJA ampliou-se de forma significativa as matrículas, chegando a seu ápice de 7000 mil alunos/as distribuídos para um total de 44 escolas.

Já no ano de 2006 a educação de jovens e adultos começa apresentar as primeiras baixas na procura das matrículas, quando se comparando aos anos anteriores. Todavia, essa deficiência na matrícula vai permanecer nos anos posteriores. Entre os anos de 2006 até 2009 a EJA teve uma perca de 1.494 alunos/as que não se matricularam em nenhuma outra escola do município. Para o pesquisador Cruz em 2009 “a taxa equivalente à quantidade de pessoas que tiveram suas trajetórias interrompidas chegou aos 67%. Dessas, 60% abandonaram os estudos, e 7% não conseguiram ser promovidas de série” (Cruz, 2011, p.48).

O pesquisador explícita o elevado número do abandono, evasão e da repetência escolar que afetaram e afetam as pessoas no programa educativo de jovens e adultos nessa cidade. Essa realidade que já estava ruim, com o passar dos anos vai piorar, pois, a EJA se mantém em constante diminuição de alunos/as oficialmente matriculados/as. Isso demonstra claramente o desafio a ser superado pela educação municipal: ofertar vagas e garantir a permanência escolar. Embora os possíveis motivos causadores dessa diminuição possam ser diversificados, pode-se dizer que um dos motivos seria, foi a “tomada de posição da SEDUC, nos anos 2013/2014, em fechar as escolas menores, equivocadamente, ao considerar que a demanda dessas instituições iria ser realocada/conduzidas às escolas de grande porte” (DCRM, 2022. p.8)

Essa ação, já demostra que a educação de jovens e adultos não é prioridade para aquela gestão governamental, como também, não apresenta preocupação com as pessoas necessitadas de formação educacional, principalmente aqueles/las mais carentes que frequentam as escolas públicas. É importante relatar que no fim de 2019 até início de 2022 o Brasil passou pela Isolamento Social causado pela pandemia da COVID-19², obrigando todas as escolas do país a não ministrem aulas presenciais e sim remota. Os motivos relatados podem ter contribuído para a não inscrição das pessoas na educação de jovens e adultos, todavia já existia uma tendência forte a desistência das pessoas e a baixa procura pelas matrículas na EJA. Entretanto o que mais chama atenção é que para além da procura das

² Mais informações em: <<https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/covid-19>>

inscrições na EJA ser o mais baixo da sua história no município de Porto Seguro, o número de abandono e da evasão escolar também é grande.

No anos de 2022/2023 a EJA teve a menor taxa de matrícula em toda sua história no município, se pegarmos o ano de 2002 como base, tem-se vinte e um ano, que o governo porto-segurensse não conseguiu reverter esse problemática. Acrescentando se gravemente a isso, os anos de 2022/2023 foi o período que mais os alunos já matriculados desistiram, abandonaram, evadiu-se ou foram reprovados/as. Entre os anos de 22/23 o município atendia a EJA em 23 escolas, perfazendo um total geral de alunos/as nos dois segmentos de 2350 pessoas inscritas ou matriculadas. Segundo as atas escolares, desse montante, 53%, o que equivale a um quantitativo de 1248 pessoas, abandonaram ou desistiram da escola. Soma se a isso o número de reprovação de 196 pessoas, sendo equivalente a 8%. Os números demonstram a necessidade de uma intervenção mais efetiva para a garantia do direito a educação, bem como ações urgentes para estacar o elevado percentual de evasão.

O município de Porto Seguro, como apresentado, tem um território descentralizado e as escolas são distribuídas em três grandes setores: na Sede ficam as unidades escolares situadas mais a parte central ou mais urbanizada da cidade, sendo composta de 9 escolas. O Campo, compondo-se das escolas mais a zona rural/área agrária do município, contendo 10 instituições educativas. E as Indígenas, que são as escolas dentro das comunidades tradicionais, aldeias indígenas, contendo 4 escolas que atendem a EJA.

Nesse contexto, o que nos chama atenção é o quantitativo do número da evasão escolar que afeta os dois maiores setores de Porto Seguro. Perfazendo um total geral de 1628 estudantes, a sede apresenta 54% ou 880 discentes que decidiram abandonar a vida escolar. Já com o montante total de 609 alunos/as o campo também traz preocupação, apresentando o maior índice de desistência entre os três setores de 56% ou 338 de pessoas evadidas. Já na contramão dos setores anteriores, as comunidades indígenas apresentaram o menor índice percentual de abandono escolar, 27% ou 30 pessoas para um total de 113 estudantes, tendo pela primeira vez as aprovações superando a reprovação e as desistências.

Levando em consideração o quantitativo das turmas e de pessoas inscritas na EJA, percebe-se que o baixo nível de repetência das comunidades tradicionais, se dá pelo fato dessa comunidades terem uma menor taxa de alunos matriculados, na rede formal de ensino, possuir menor quantidade de escolas e apresentarem uma metodologia de ensino-aprendizagem voltada especificamente a suas culturas e tradições, diferentemente das do campo e da sede. Nesse sentido, infere-se dizer que existe um outro problema para as turmas de jovens e adultos nessas comunidades, a procura pela matrícula ainda é muito baixa, para o número de pessoas não escolarizadas e que vivem nessas comunidades.

Considerações finais

A Educação de jovens e adultos teve e tem a pretensão de modificar a realidade, seja profissional ou pessoal de milhares de pessoas, que socialmente foram excluídas do processo educacional, buscando sempre a associação do cumprimentos dos deveres e promoção dos direitos e inclusão social. Todavia, nem sempre as pretensões da EJA, são refletidas nas políticas dos governos, pois, dependendo dos objetivos da governança é notório a falta de atenção as demandas e aos problemas que perpassam por essa modalidade educativa. É evidente que devido as pressões realizadas pelos movimentos sociais, associações de intelectuais, grupos pró-educação e até ações de órgãos internacionais forçaram, obrigaram os diversos governos, muitos conta a própria vontade, a implementar programas e a elaborar legislações para a garantia dos direitos a educação dessas populações. Entretanto alguns avanços conquistados nas leis e nos aparatos legais, não expressou, nem refletiu nas regiões e cidades brasileiras um progresso na educação de jovens e adultos na realidade, devido à falta de apoio financeiro adequado ou quando aplicados, os recursos são insuficientes.

Sendo assim, é observável que existe uma relação desigual no sistema educacional brasileiro, e fortemente presente na EJA, já que ao ter que optar pela sobrevivência e a manutenção da condição familiar, os estudantes sacrificam o tempo e a sua vida educacional, ou seja, acabam saindo da escola a favor do trabalho. Consequentemente, isso faz com que haja um aumento nos índices de defasagem idade-série escolar. Somando-se a isso, inclui-se também, as condições inadequadas dos prédios escolares, uma pedagogia inapropriada e descontextualizada com as experiências do alunado e a infantilização da didática e ensino-aprendizagem para adultos, todo isso contribuem para o afastamento escolar daqueles que mais precisam de educação.

A situação do aumento de pessoas em defasagem idade-série fora das escolas e sem uma formação adequada, tende aumentar o nível de analfabetismo ou analfabetismo funcional, principalmente para aqueles/as que abandonam a escola ainda nas séries iniciais. Buscando superar essa e outras dificuldades, a educação de jovens e adultos, torna-se o principal ou único recurso necessário a essas pessoas, a sair dessa situação social, pois é nessa modalidade que os estudantes se reconhecem e se percebem em uma patamar de igualdade e necessidades. Dada a importância que a educação de jovens e adultos deveria ter em um país que ainda sofre com o alto nível de analfabetismo e defasagem idade-série, entre os jovens e adultos, ela está aquém do esperado em investimentos e preocupação política educacional. No âmbito da prática do projeto político pedagógico, ainda são poucas as ações elaboradas para a melhoria da qualidade do atendimento, ampliação na oferta de vagas, busca pelos direitos dos discentes na vida escolar ou projeto educativo de permanência dos alunos em sala de aula.

Especificamente em Porto Seguro o caso é mais crítico, além dos problemas relatados, o município a muitos anos não possui uma gestão educacional personalizada e adequada as necessidades da EJA, esperando sempre de uma

ação-postura nacional. Assim sendo, o município parece adotar uma política de exclusão e abandono constante desse público. A exemplo disso, pode-se dizer que não é compreensível adotar o fechamento de escolas, fusão de turmas ou até a deslocação de professores, devido à falta de alunos/as. Percebe-se que em pleno século XXI a EJA é vista como uma “tapa buraco educacional” e não como uma modalidade educativa capaz de oportunizar transformações. Por fim, as informações e o debate aqui desenvolvidos, buscou demonstrar que a educação de jovens e adultos no município de Porto Seguro, passa por grandes problemas, porém a falta de uma solução frente ao abandono e a evasão escolar é urgente. Nesse contexto pode-se afirmar que Porto Seguro tem ao longo dos anos acompanhado a política nacional de melhoria dessa modalidade, entretanto, tem-se faltado uma efetiva aplicação dessas e de outras legislações na prática, como também, efetivar ações político-pedagógicas de inclusão, pois até o presente momento tornou-se um programa de exclusão.

Referências

Cruz, N.C. Casos pouco prováveis: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Minhas Gerais – Faculdade de educação - UFMG/FaE, Belo Horizonte: 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-8NAL2J>> Acesso em:12 Out 2024.

DCRM - Documento Curricular Referencial Municipal. Educação de Jovens, Adultos e Idosos. v,8 p. 01-42 - Prefeitura Municipal de Porto Seguro, SEDUC – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico. Porto Seguro, 2022.

Evasão in Dicionário on-line Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis - DBLP- Editora Melhoramento, 2024. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/evas%C3%A3o>> Acesso em: 19 out 2024.

Haddad, S.; Pierro, M.C.D. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, p.108-130, mai-ago. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 12 nov 2024

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE de notícias - PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama censo 2022 – estados e cidades: Projeções das população. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

Negreiros, F. & Silva, C.F.C. & Sousa, Y.L.G. & Santos, L.B. Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. Revista Psicologia em Pesquisa | UFJF – Juiz de Fora/MG - v.11. p.1-11, janeiro-junho de 2017. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v11n1/06.pdf>> Acesso em: 12 out 2024.

Paiva, A.B.; Oliveira, G.S.; Hildesheim, M.C.P. Análise de Conteúdo: Uma técnica de pesquisa qualitativa. Revista Prisma. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-33, 2021. Disponível em: <<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/40/31>> Acesso em: 10 nov 2024.

Pocinho, M.; Matos, F.R.N. Metodologias de Pesquisa e de Investigação: qualitativa, quantitativa, quantqualitativa, qualquantitativa e revisões sistemáticas. Ebook - p. 01-47, v1, January 2022. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/360061984>> Acesso em: 12 nov 2024.

Silva, M. M., & Watanabe, Y. N. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas constituições federais brasileiras: entre o ideal, o legal e o real. 2024, v1, Ciências Humanas, In SciELO Preprints. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7686. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7686>> Acesso em: 27 out. 2024.

Silva, Z.M.C. A evasão escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas do Município de Tamandaré. Dissertação de Mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Instituto de Educação - ULHT/IE, Lisboa, Portugal - 2015. Disponível em: <<https://research.ulusofona.pt/pt/studentTheses/a-evas%C3%A3o-escolar-dos-alunos-da-educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-eja-n-5>> Acesso em: 18 out 2024.

Strelhow, T. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. 2012, v. 10, n. 38, p. 49–59, Educação, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v10i38.8639689>>. Acesso em: 12 nov. 2024..

Política de inclusão ou exclusão? um olhar sobre a evasão/abandono escolar na educação de jovens e adultos

Inclusion or exclusion policy? a look at school dropout/dropout in youth and adult education

¿Política de inclusión o exclusión? una mirada a la escolaridad y abandono escolar en la educación juvenil y de adultos

Resumo	Abstract	Resumen
<p>Numa sociedade baseada na produção de conhecimentos, o processo educativo, seja ele formal, não formal e informal, tem contribuído para novas aprendizagens e novos saberes. À vista disso, o debate aqui proposto, está a falar da Educação de Jovens e Adultos, ministrada pelas instituições escolares. Nesse contexto, propõe-se aqui a compreender, se a EJA se tornou uma política pública de inclusão ou exclusão na cidade de Porto Seguro. Na tentativa de entender essa problemática, adotou-se nesse trabalho, uma abordagem metodologicamente qualitativa, e como forma de aquisição dos dados, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental de 23 atas escolares do ano 2023. Portanto, é fundamental assegurar o desenvolvimento de novas políticas educacionais e ações que garantam, o acesso, a permanência e a equidade de todos/as que procuram na EJA uma educação inclusiva.</p>	<p>In a society based on knowledge production, the educational process, whether formal, non-formal, or informal, has contributed to new learning and knowledge. Considering this, the debate proposed here discusses Youth and Adult Education (EJA), provided by school institutions. In this context, the aim is to understand whether EJA has become a public policy of inclusion or exclusion in the city of Porto Seguro. To understand this issue, this study adopted a qualitative methodological approach, using bibliographic research and document analysis of 23 school records from the year 2023 as a means of data collection. Therefore, it is essential to ensure the development of new educational policies and actions that guarantee access, permanence, and equity for all those seeking inclusive education through EJA.</p>	<p>En una sociedad basada en la producción de conocimientos, el proceso educativo, ya sea formal, no formal o informal, ha contribuido a nuevos aprendizajes y saberes. En vista de ello, el debate aquí propuesto trata sobre la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), impartida por las instituciones escolares. En este contexto, se propone comprender si la EJA se ha convertido en una política pública de inclusión o exclusión en la ciudad de Porto Seguro. Con el fin de entender esta problemática, este estudio adoptó un enfoque metodológico cualitativo, utilizando la investigación bibliográfica y el análisis documental de 23 actas escolares del año 2023 como medio de recolección de datos. Por lo tanto, es fundamental asegurar el desarrollo de nuevas políticas educativas y acciones que garanticen el acceso, la permanencia y la equidad de todas las personas que buscan en la EJA una educación inclusiva.</p>
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão. Abandono escolar.	Keywords: Youth and Adult Education. Dropout. School Abandonment.	Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Deserción. Abandono escolar.